



386
Etiqueta Municipal
Verafim

RECEBIDO
Atum de informacão
da Comissão Executiva
das Cidades do Porto



~~Fazco de obra~~
5654
15-9-920

Exma Camara
Municipal do Porto

João Carlos de Miranda, residente na rua de Santo
Catarina n.º 294, pretende autorisação de V. Ex.ª para
construir uma casa destinada a habitação, escritório
e loja, de harmonia com os desenhos juntos, na
rua Oriental do Bulhão.

Solicita de V. Ex.ª a aprovação
destes e a competente licença
como requer.

Porto 11 de agosto de 1920
pelo reg.º J. Pereira de Sá

Camara Municipal de cuenta de
90.00
728
25 de Novembro 1920

App.ª pela C.ª deleg. do Cons.ª dos
Melhores Sanit.ªs em sessão de 25 de
Aptos de 1920, com as condi-
ções seg.ªs: a) Impermeabilisar a fossa.

b) abri claraboias para as Dependencias A e B.

Licença N.º 877
de 25 de Novembro de 1920

R.E.
REPARTIÇÃO
n.º 919
11-8-920



APPROVADA. PORTO EM CAMARA

11 DE Setembro DE 1916



O PRESIDENTE

Memoria Descritiva

O projecto que submeto á approvação de V. Ex.^{cia} destina-se á construção duma casa de habitação, escritórios e lojas, de harmonia com os desenhos juntos, da qual é proprietario João Carlos de Miranda.

Como se vê no projecto a parede do lado norte encontra-se construída pelo proprietario da casa anexa em construção e as restantes fundações vão á profundidade precisa até encontrar terreno firme, exceto o paredão de suporte das terras para formação da rua que se encontra em condições de encimar parede sobre ele.

Todas as paredes a construir são de préfabricado de 0,3 de espessura, tendo a de frente 0,50 de espessura; os revestimentos e saliências dos paramentos são em cantaria lavrada. Os madeiramentos são todos em pinho nacional com dimensões e secções apropriadas ao fim a que forem destinadas, tendo a caixilharia exterior em madeiras de castanho. Todas as paredes são revestidas a argamassa de cimento, areia e cal, como é uso nestes trabalhos e o telhado coberto a telha de tipo Marselha com uma clarabóia no prumo da escada a fim de a iluminar. No prumo da cozinha é construída uma chaminé de tijolo que se elevará fora dos telhados.



As canalizações das rebetes e respectiva fossa serão
feitas de harmonia com o Regulamento de Salubridade
de Das Edificações Urbanas

Porto, Agosto de 1920

J. Pereira de Sá

389

Registo } N.º 919 R.E.
Data 11-8-20

Licença } N.º
Data



Câmara Municipal do Porto

3.ª Repartição — Obras Públicas

EDIFICAÇÃO URBANA

Especificação da obra: *Reestruturação Casa*

Requerente: *José Carlos de Oliveira*
Morada: *Rua de Santa Catarina, 271*
Situação da obra: *Rua Oriental do Bolhão*
Responsável:

A) No projecto apresentado é
de 123,00 m², a superfície total coberta, incluindo anexos;
de 519,00 m², a superfície total habitável (útil);
de 8,00 m, a extensão horizontal total das fachadas voltadas para a via pública;
e de 4,00 m, a menor distância d'aquelas a esta;
de 12,50 m, a altura média da mais alta das fachadas;
e de 12,50 m, a altura média da mais baixa das fachadas.
Tem dois pavimentos de nível superior ao do sólo circunjacente, aguas-furtadas e lojas de pavimentos mais baixo que o sólo.
Destina-se a *Comercio e habitação*

Está nos casos do art. 136.º do Cod. de Post.
Declaração de responsabilidade:

O projecto

B) pelo que respeita ás prescrições do Código de Posturas em vigor e do Regulamento de Salubridade das edificações urbanas, aprovado por decreto de 14 de Fevereiro de 1903:

- a) sôbre a altura das fachadas (art.ºs 5.º e 6.º do R. de S.) Satisfaz
- b) sôbre a altura inferior, ou pé direito dos andares (§ 3.º do art. 6.º do R. de S.) “
- c) sôbre quartos de dormir e dormitórios (art. 13.º do R. de S.) “
- d) sôbre as dimensões das janelas (art. 11.º do R. de S.) “
- e) sôbre páteos e saguões (art.ºs 19.º e 20.º do R. de S.) “
- f) sôbre escadas interiores (§§ 1.º e 2.º do art. 9.º do R. de S.) “
- g) sôbre portas, janelas, balcões ou mostradores nos andares térreos (art. 146.º do C. de P.) “
- h) sôbre alpendres, sobre-céus ou cobertura de portas, avançando sôbre a via pública (art. 146.º e seus §§ 1.º e 3.º do C. de P.) _____
 Nota: a superfície da projecção de alpendre na via pública é de mq;
 a taxa annual a que se refere o § 2.º do art. 146.º do C. de P.) poderá ser de Esc. _____
- i) sobre peões salientes junto das hobreiras dos portaes (art. 132.º do C. de P.) _____
- j) sôbre degraus, escadarias, rampas e balcões junto ás soleiras das portas (art. 131.º do C. de P.) _____
- k) sôbre beirais e calões dos telhados (§ 1.º do art. 136.º do C. de P.)
- l) sôbre tubos de queda (art. 25.º a 35.º inclusivé, do R. de S. e § 2.º do art. 136.º, art. 148.º, 149.º e 168.º do C. de P.) Satisfaz
- m) sôbre sifões e tubos de ventilação (art. 36.º a 41.º inclusivé do R. de S.) “
- n) sôbre latrinas, pias, urinois e outros esquadroiros (art. 42.º a 47.º inclusivé) “
- o) sôbre fôssas (art. 48.º a 53.º do R. de S.) “
- p) sôbre as condições a que devem satisfazer os alojamentos de pavimento subjacente ao da rua ou do terrêno confinante (art. 18.º do R. de S.) “
- q) sôbre a defêsa das parêdes contra a humidade vinda capilarmente dos alicerces (art. 10.º do R. de S.) ou vinda dos telhados (art. 16.º do R. de S.) “
- r) sôbre a defêsa dos pavimentos térreos contra a humidade (art. 9.º do R. de S.) “
- s) sôbre chaminés (art. 129.º e 130.º do C. de P.) “
- t) sôbre alojamento para animais (art. 54.º e 55.º do R. de S.) _____
- u) sôbre edificios para reuniões públicas, como egrejas, teatros, etc., e para oficinas (art. 12.º do R. de S.) _____
- v) sôbre os terrênos alagadiços, humidos ou sujos (art. 1.º e 2.º do R. de S.) _____
- x) sôbre construções ou instalações onde possam depositar-se imundícies, como cavalariças, currais, vacarias, lavadoiros, fábricas de productos corrosivos ou prejudiciais para a saúde pública, etc. (art. 3.º do R. de S.) _____
- y) sôbre terrenos vizinhos de cemitérios (art. 4.º do R. de S.) _____
- z) sôbre a salência de varandas cobertas, balcões, bow-windows, etc. Não pôde exceder gratuitamente 0,50

C) sob o ponto de vista architétónico _____

D) pelo que respeita á estabilidade _____

Condições a impôr:

Alinhamento: a determinar

Nível de Soleiras:

Depósito: 908,00

Taxa 394,00

hienica 2x50

Observações:

13168



A. C. de M. Sanitarios
19-8-920

[Signature]

Aprovado pela C. de M. Sanitarios em
sessão de 20-8-920 sob condição de impermanencia
abrir a fossa e abrir o laboratório para as
dependencias A e B

As verandas não podem exceder a área concedida
gratuitamente.

A Fiscalização Municipal de Saneamento
1-9-920

Pelo chefe da 2ª Secção
Ferreira

Não ha inconveniente para o Saneamento

2-9-920

[Signature]

A. C. d'Estetica

3-8-920

Pelo chefe da 2ª Secção
Ferreira

APROVADO

COMISSÃO DE ESTÉTICA
CIDADE DO PORTO
Sessão de 8 de Set de 1920
O Secretario

[Signature]

Medeiros

[Signature]

Infermo que o pedido está em termos de deferimento, com as condições impostas pela Comissão de Melhoramentos Sanitários, não podendo as varandas exceder a 0,50 de saliência.

10-9-920

Pelo Eng.º Chefe,
Berahim
H.º ofal.

~~Proposta
de melhoramento
de factos de saneamento~~

391
AG

Câmara Municipal da Cidade do Porto



ANO CIVIL DE 1920



Guia de entrada de depósito N.º 28

Despacho de 11 de Setembro de 1920

Dinheiro corrente	90\$00
Papeis de crédito	\$
Total Esc.	<u>90\$00</u>

Pela presente guia vai João Carlos de Miranda entrar no Cofre desta Municipalidade com a quantia de noventa escudos, em dinheiro

[Handwritten signature]

como depósito de garantia ás condições em que lhe foi concedida a licença N.º 279 desta data, para construir um prédio na rua Charente de Bolhão

[Handwritten signature]

; quantia de que o respectivo tesoureiro passará o competente recibo.

Porto e Repartição de Fazenda Municipal, 25 de Novembro de 1920

O Chefe da 2.ª Repartição Municipal,
[Handwritten signature]

Recebi a quantia de noventa escudos supra mencionada.
Tesouraria Municipal do Porto, em 25 de Novembro de 1920

Registada
Em 25 de Novembro de 1920

O Tesoureiro,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

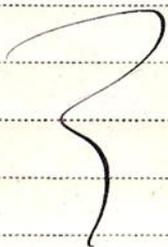


Câmara Municipal do Pôrto

3.ª REPARTIÇÃO — 2.ª Secção

Concede-se licença a João Carlos de Oliveira

para que possa constituir um jardim na rua Oriental de Bellas, conforme o projecto que lhe foi aprovado em 11 de Setembro do corrente anno, com as condições de impermeabilização a fazer e abris claraboias para as dependencias A e B. As paredes não podem candidatar-se a pintura.



em harmonia com o disposto no regulamento das edificações urbanas, decretado em 14 de Fevereiro de 1903, e ficando sujeito ao alinhamento e nivel de soleiras que lhe serão designados gratuitamente e ao disposto nas respectivas posturas e mais deliberações municipais; e bem assim para que possa ocupar logar em terreno público para depósito de materiais, devendo cumprir o disposto nos art.ºs 138 a 140 inclusive do Código de Posturas Municipais.

Pôrto e Paços do Concelho, 27 de Novembro de 1920.

(a) Verafim d' Oliveira e Sousa - 1.º Offiz.
Engenheiro Chefe da 3.ª Repartição, subscrevi.

Desta, emolumentos para a Câmara	
Licença	2 \$ 50
Impresso	\$ 03
Taxa	39 \$ 00
Total	41 \$ 53

O Presidente da Comissão Executiva,

a) J. Marques Freire

RECEBI.

Alberto Celso

REGISTADA.

Depositou na tesouraria do Concelho a quantia de noventa e

costas

escudos Esc., conforme a guia n.º 728

